



## **O CONSTRUTO DO “*HABITUS SOCIOAMBIENTAL*” NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ECOPEDAGOGIA: UM ENSAIO TEÓRICO**

Rosa Adeyse Silva<sup>1</sup>  
Hionne Mara da Silva Câmara<sup>2</sup>  
Jeanemeire Eufrásio da Silva<sup>3</sup>

### **RESUMO**

O presente artigo teve como objetivo elucidar a temática ambiental, bem como analisar o construto do “*habitus socioambiental*” a partir do conceito de *habitus*. Para tanto, o trabalho apresentou em seu desenvolvimento teóricos discussões sobre *habitus* e “*habitus socioambiental*”, seguido ainda do discurso entre educação ambiental e ecopedagogia. Para tanto, se considerou que as discussões que circundam a temática ambiental ainda têm sido difundidas de forma embrionária, isto é, pouco se consegue avançar em ações que de fato possam mobilizar a sociedade. O trabalho é pautado ainda pelos seguintes questionamentos: Ao se pensar no contexto de *habitus* no cenário ambiental, seria possível a construção de um agente capaz de reinventar novos *habitus* frente à miríade de descasos ambientais? Ou ainda, é possível afirmar que existe no homem um “*habitus socioambiental*”? Assim, no que diz respeito a noção de “*habitus socioambiental*”, por meio desse ensaio teórico foi possível observar que essa terminologia já está ancorada em conceitos discutidos na sociologia. Ademais, concernente às práticas ecopedagógicas e de educação ambiental na contemporaneidade, essas correspondem a um instrumento válido na busca pelo imenso desafio em que consiste a conscientização da dimensão ambiental no nível societário. Cabe ainda salientar que as discussões que circundam este trabalho talvez não tenham contemplado uma reflexão mais profunda sobre a temática abordada, para tanto, se sugere a ampliação deste ensaio teórico para um estudo teórico/empírico, capaz de caracterizar com mais precisão as abordagens propostas através de um campo de pesquisa específico.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental. Ecopedagogia. *Habitus Socioambiental*.

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH/UERN). Bolsista (CAPES). E-mail: rosaadeyse@gmail.com.

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH/UERN). Bolsista (CAPES). E-mail: hionnemara@gmail.com.

<sup>3</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH/UERN). E-mail: jeanemeireeu@gmail.com.

## INTRODUÇÃO

Ainda hodiernamente as discussões que circundam a temática ambiental têm sido difundidas de forma embrionária, isto é, pouco se consegue avançar em ações que de fato possam mobilizar a sociedade. De acordo com Gadotti (2000), estamos vivendo uma era do exterminismo, em que mais do que produção, o ponto nevrálgico do *status quo* corresponde à destruição.

Logo, torna-se urgente a necessidade da promoção de uma conscientização ambiental em todos os níveis do ensino e sociedade, visto que, na concepção de Jacobi (2003), a postura de dependência e de desresponsabilização da população é decorrente da desinformação, da falta de consciência ambiental e crítica, e devido ao déficit de práticas comunitárias baseadas na participação e no envolvimento dos cidadãos para a construção de um novo padrão de sociedade.

Segundo Almeida (2004, p.26), “Bourdieu apresenta o conceito de *habitus* como um entendimento que alia memória coletiva (práticas herdadas) e capacidade criadora do indivíduo”. Assim, o *habitus* seria um sistema de disposições adquiridas por meio da aprendizagem do sujeito, que, ao se deparar com situações novas, pode gerar estratégias práticas. Deste modo, ao se pensar no contexto de *habitus* no cenário ambiental, seria possível a construção de um agente capaz de reinventar novos *habitus* frente à miríade de descasos ambientais? Ou ainda, é possível afirmar que existe no homem um “*habitus socioambiental*”?

De acordo com Silva e Fraxe (2016, p. 159) se torna importante compreender a noção de *habitus* como um sistema de arranjos duráveis, com estruturas estruturadas e predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes. Com isso, as referidas autoras sugerem que essas disposições não são mera repetição de práticas que vêm sendo acumuladas ao longo da vida, mas que são uma “produção/reprodução de sistemas de ações, que são importantes e que influenciam diretamente a vida das pessoas, dando significado à mesma”.

Partindo deste contexto, o objetivo deste artigo é elucidar a temática ambiental, bem como analisar o construto do “*habitus socioambiental*” a partir do conceito de *habitus*. Para tanto, o trabalho segue constituído desta introdução, do desenvolvimento teórico, que contempla a discussão sobre *habitus* e “*habitus socioambiental*”, seguido do discurso entre educação ambiental e ecopedagogia.

Posteriormente apresentam-se as considerações e inquietações finais e as referências citadas.

## 1. *HABITUS* E “*HABITUS SOCIOAMBIENTAL*”

Na concepção de Elias (1994), a noção de *habitus* diz respeito à psicogênese das formações sociais na relação “Nós-Eu”, que acontecem de acordo com os processos de relações sociais e os de formações culturais. Nobert Elias (1998) aborda essa temática ao discutir sobre as relações entre o ambiente físico e formas de organizações sociais e de culturas antigas em uma análise sobre a questão de constituição do *habitus* na percepção do “Tempo”. O autor supracitado demonstra como o raciocínio das formações sociais antigas, a partir da relação homem-natureza, constituíram seu *habitus* por meio de percepções objetivas sobre o meio ambiente.

Na perspectiva de Bourdieu, o *habitus* é fundamental por permitir captar nos indivíduos o que é imputável às especificidades de sua inserção na estrutura de poderes da sociedade. É constituído como um sistema de disposições sociais que define um modo de ver, analisar, desejar e pensar que se materializa nas palavras, bem como nas atitudes e gestos, isto é, como um sistema particular de estruturas subjetivadas. E ainda que seja uma estrutura estável, o *habitus* não é estático; é maleável quanto à possibilidade de ressignificação de sentidos, sobretudo frente às transformações de ordem social, nas práticas e experiências, e nas trajetórias que são vivenciadas por indivíduos e grupos. (Bourdieu, 1989). Ainda, o *habitus*:

[...] seria o produto do longo trabalho de inculcação e de apropriação que, mesmo que muito mais intenso e determinante durante as primeiras experiências do mundo social, prolonga-se por toda a existência dos agentes. Esse trabalho se faz necessário para que as estruturas objetivas consigam reproduzir-se, sob a forma de disposições “duráveis”, em todos os organismos (individuais) duravelmente submetidos aos mesmos condicionamentos, alocados nas mesmas condições de existência. (BOURDIEU, 1979, p. 13).

Todavia, mesmo apresentando conceitos diferentes, a ideia de *habitus* em Bourdieu e Elias delimitam o aspecto operacional do *habitus* como categoria de

análise sociológica envolvendo dimensões mais estruturais simbólicas, como no caso de Bourdieu, e dimensões mais individuais que envolve o “Nós-Eu” (percepção e representação), como no caso de Elias. (SILVA, 2006, p.227).

No que tange a noção de *“habitus socioambiental”*, o que Silva (2006) descreve corrobora para uma reflexão dos aspectos expostos por Elias e Bourdieu, tendo ainda em vista que a ideia de uma consciência ambiental e ecológica foi também exposta por Giddens (1995), como assunto de uma agenda sócio-política dos nossos dias é também reflexo da constituição desse *“habitus socioambiental”* contemporâneo.

Nesse sentido, o *“habitus socioambiental”* é definido da seguinte forma:

“Uma disposição de padrões comportamentais, perceptivos, representacionais e simbólicos que estão ancorados numa dimensão prática e interativa das relações e ações sociais, com uma perspectiva natural (ambiental) e humana (sócio-individual) dentro do sistema de desenvolvimento global do mundo contemporâneo”. (SILVA, 2006, p.229).

Então, essa noção *“habitus socioambiental”* é estruturada de forma emergencial. Isto é, no contexto que envolve vários indivíduos e as mais diversas formações culturais, políticas e econômicas dentro de num processo de compreensão e representação entre o “social” e o “natural”. Indicando, talvez, a forma de percepção do meio ambiente como um sistema “ecossocial” que funcione interligado entre as várias áreas e regiões. (SILVA, 2006).

## 2. EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ECOPEdagogia

Tamaio (2000, p. 65), afirma que a Educação Ambiental (EA) é “mais uma ferramenta de mediação necessária entre culturas, comportamentos diferenciados e interesses de grupos sociais para a construção das transformações desejadas”. Corroborando com esse entendimento, Leff (2000, p. 22), afirma que foi por meio da concepção da EA, com base em articulações interdisciplinares das ciências naturais e sociais que “se avançou para uma visão da complexidade ambiental aberta a diversas interpretações do ambiente e a um diálogo de saberes”.

Sulaiman e Tristão (2008, p. 343), relatam que a Educação Ambiental surgiu como meio educativo que procura conceder soluções à destruição de todo um modo de vida e pensamento, que são oriundos de uma razão científica objetiva “no otimismo tecnológico e no imperativo da acumulação material”. Isso evidencia que a finalidade da educação ambiental é “acordar” a sociedade para os problemas ambientais. Conforme evidencia a Lei 9795/1999 quando institui que “entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”.

Continuando nesse pensamento, a Educação Ambiental e Formação Ambiental para Díaz (2002), Leff (2001), e Ruscheinsky (2002) se apresentam como uma necessidade de tomada de consciência, individual e coletiva, da responsabilidade, tanto local e comunitária quanto global, de cada ser humano, concebida desde a Conferência de Tbilisi em 1977, como um processo de “construção de um saber interdisciplinar de novos métodos holísticos para analisar os complexos processos socioambientais” (LEFF, 2001, p. 223).

Para Rodriguez e Silva (2009) a educação ambiental é oriunda da urgência da formação de uma nova postura ambiental na sociedade, urgência essa que decorre da crise no âmbito mundial, que passou a afetar os grupos sociais em suas mais diversas escalas. Para os autores supracitados, a crise ambiental é essencialmente cultural, e essa situação só será revertida mediante o estabelecimento de uma sinergia entre natureza e sociedade, sendo que isso requer instituições de novos mecanismos de adaptação cultural. Para os autores:

[...] a Educação Ambiental surge como uma necessidade no processo de salvar a humanidade de seu próprio desaparecimento e de ultrapassar a crise ambiental contemporânea. É um dos meios para se adquirir as atitudes, as técnicas e os conceitos necessários à construção de uma nova forma de adaptação cultural aos sistemas ambientais. É também, um elemento decisivo na transição para uma nova fase ecológica, que permite ultrapassar a crise atual, através da qual seja transmitido um novo estilo de vida e que se mudem, profunda e progressivamente, as escalas dos valores e as atitudes dominantes na sociedade atual (RODRIGUEZ; SILVA, 2009, p.176).

Ainda dando ênfase ao trabalho de Rodriguez e Silva (2009), os autores afirmam que a educação ambiental pode ser considerada como um dos instrumentos mais importantes que para uma possível adaptação cultural, que possa abarcar uma nova concepção e postura com o Meio Ambiente. Nessa perspectiva da importância da Educação Ambiental, Ab'Saber (1991) já ressaltava que a educação ambiental é mais séria do que tudo que é normalmente apresentado de forma contextual. É na verdade um apelo ao conhecimento, e uma busca por propostas corretas de aplicação de ciências.

Em se tratando da ecopedagogia, trata-se um termo cunhado por Gutiérrez e Prado (2000) para se referir a um estilo de pedagogia preocupado, dentre outras coisas, com a problemática ecológica, tem seus pilares ideológicos no tripé Educação, Sociedade e Natureza. Esses pilares referem-se, basilarmente, à pedagogia freireana, à complexidade e ao holismo, respectivamente para se referir a um tema que passará a ser cada vez mais comum nas discussões sobre educação (GADOTTI, 2000; AVANZI, 2004).

Na dimensão educação do tripé, entra em cena a noção teórica de autonomia de Freire (1996), pois conforme Zatti (2007), “Freire formulou uma proposta educacional que procura transformar o educando em sujeito, o que implica na promoção da autonomia”. A autonomia seria, portanto, a capacidade de o indivíduo formular para si próprio os princípios e as análises críticas em relação ao meio em que vive e tudo que nele acontece, sendo o contrário uma espécie de heteronomia (FREIRE, 1996; ZATTI, 2007).

No que se refere à vertente natureza, Avanzi (2004) comenta que o conceito chave é o holismo, principalmente em se tratando dos estudos de Leonardo Boff e Fritjof Capra. Fala-se num “equilíbrio ambiental” atingido por meio de uma nova maneira de se relacionar com a terra, com foco na tolerância, no respeito, na igualdade social, cultural, de gênero e aceitação da biodiversidade (GUTIÉRREZ E PRADO, 2000; AVANZI, 2004).

No viés da sociedade, o conceito chave para entender esse conjunto harmônico e relacional consiste na Teoria da Complexidade, de Morin (2000), onde Avanzi (2004) comenta que os pontos mais substanciais referem-se à recusa a um conhecimento geral e seguro que encubra as dificuldades e dúvidas do processo de compreensão e a busca por ajustes entre ordem e desordem.

Um conceito importante da Ecopedagogia é a noção de “cidadania planetária” que, conforme Pereira (2007) é uma expressão adotada para definir um conjunto de ações, princípios, valores, atitudes e comportamentos, que cada cidadão, habitante da Terra, deve ter para contribuir à sua manutenção, o seu cuidado constante”. Assim, todos devem manter uma certa identidade coletiva ao adquirir a noção de que todos são sujeitos pertencentes a um mesmo cosmos. Uma das observações mais clássicas sobre a planetariedade é a Gadotti (2000, p. 135) ao propor que:

A cidadania planetária sustenta-se na visão unificadora do planeta e de uma sociedade mundial. Ela se manifesta em diferentes expressões, “nossa humanidade comum”, “unidade de diversidade”, “nosso futuro comum”, “nossa prática comum”, “cidadania planetária”.

Ao criar a expressão homônima “Pedagogia da Terra” para se referir à Ecopedagogia, cinco anos depois, Gadotti (2000, p. 02) explana que:

A ecopedagogia não é uma pedagogia a mais, ao lado de outras pedagogias. Ela só tem sentido como projeto alternativo global onde a preocupação não está apenas na preservação da natureza (Ecologia Natural) ou no impacto das sociedades humanas sobre os ambientes naturais (Ecologia Social), mas num novo modelo de civilização sustentável do ponto de vista ecológico (Ecologia Integral) que implica uma mudança nas estruturas econômicas, sociais e culturais. Ela está ligada, portanto, a um projeto utópico: mudar as relações humanas, sociais e ambientais que temos hoje. Aqui está o sentido profundo da ecopedagogia, ou de uma Pedagogia da Terra.

Assim, por possuir esse caráter mais holístico de enxergar o processo de conscientização e reformulação de valores sociais, a Ecopedagogia é vista por autores como Pereira (2007), Gadotti (2000), Keim (2004) e Avanzi (2004) como uma lógica mais apropriada do que a da Educação Ambiental, que concebe todo o processo através de uma visão mais segmentada e apartada da dimensão social.

Gutiérrez e Prado (2000), quem sintetizaram a “protonoção” da Ecopedagogia, juntamente com Avanzi (2004) tecem críticas a Educação Ambiental ao falarem de um tratamento acrítico com que a EA trata o desenvolvimento sustentável.

Além do mais, ao promover a resignificação de valores na sociedade sem contextualizar a problemática com as desigualdades econômicas e sociais, entende-se que existe uma miopia no processo de reformulação que apenas corrobora e mantém a lógica instrumental e hegemônica dada ao desenvolvimento no mundo

hodierno (SETTI, 2015). Assim, ao comentar sobre o viés social na ecopedagogia, Keim (2004) ressalta a importância do *habitus*, do campo, do capital cultural e das relações, que são tão importantes no processo de ensino-aprendizagem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS/CONCLUSÕES

Face o exposto, este trabalho objetivou elucidar a temática ambiental, e também analisar o construto do “*habitus socioambiental*” a partir do conceito de *habitus*. Assim no que diz a noção de “*habitus socioambiental*”, por meio desse ensaio teórico foi possível observar que essa terminologia já está ancorada em conceitos discutidos na sociologia. Ademais, concernente às práticas ecopedagógicas e de educação ambiental na contemporaneidade, essas correspondem a um instrumento válido na busca pelo imenso desafio em que consiste a conscientização da dimensão ambiental no nível societário.

Por fim, tendo cumprido o objetivo a que se propôs, cabe ainda salientar que as discussões que circundam este trabalho talvez não tenham contemplado uma reflexão mais profunda sobre a temática abordada, para tanto, se sugere a ampliação deste ensaio teórico para um estudo teórico/empírico, capaz de caracterizar com mais precisão as abordagens propostas através de um campo de pesquisa específico.

## REFERÊNCIAS

AB’ SABER, A. N. **(Re) conceituando Educação Ambiental**. Rio de Janeiro: CNPq/MAST, Foulde, 1991.

ALMEIDA, R. A. Classe camponesa e *habitus* específico: identidade e distinção no campo. AVEPALAVRA: **Revista de Letras**. Campus de Alto Araguaia-UNEMAT-MT, pp 22-63, nº5, 2004.

AVANZI, M. R. **Ecopedagogia**. In: LAYARGUES, P. P. (Coord.) Identidades da Educação Ambiental Brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental, 2004.

BACKES, M. T. S, *et al.* Cuidado ecológico como um fenômeno amplo e complexo. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília 2011 set-out; 64(5): 876-81.



Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=267022214011>> . Acesso em: 27 de junho de 2017.

BOURDIEU, P. **O desencantamento do Mundo**: estruturas econômicas e estruturas temporais. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro, ed. Bertrand Brasil. Lisboa: Difel. 1989.

BRASIL. Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências**. Diário Oficial, Brasília, 28 abr. 1999.

DÍAZ, A. P. **Educação ambiental como projeto**. Tradução Fátima Murad. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

ELIAS, N. **Sobre o Tempo**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. **O Processo Civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, M. **Pedagogia da terra**. São Paulo: Peirópolis, 2000.

GIDDENS, A. **Para além da esquerda e da direita**. São Paulo. Unesp, 1996.

GUTIÉRREZ, F.: PRADO, C. **Ecopedagogia e cidadania planetária**. Guia da Escola Cidadã vol. 3. São Paulo: Instituto Paulo Freire/Cortez Editora, 2000.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, março/ 2003.

LEFF, E. Complexidade, Interdisciplinaridade e Saber Ambiental. In: PHILIPPI JR., A.; TUCCI, C. E. M.; HOGAN, D. J.; NAVEGANTES, R. (orgs.). **Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais**. São Paulo: Signus Editora: 2000.

\_\_\_\_\_. **Saber Ambiental**: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder. 3 ed, revisada e aumentada. Tradução Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MMA, Ministério do Meio Ambiente. **Política nacional do meio ambiente – lei no. 6.938/81**. Disponível em: <[www.mma.gov.br/estruturas/sqa\\_pnal/\\_arquivos/](http://www.mma.gov.br/estruturas/sqa_pnal/_arquivos/)>. Acesso em: 16/02/2017.

MORIN, Edgar; LE MOIGNE, Jean-Louis. **A Inteligência da Complexidade**. São Paulo: Petrópolis, 2000.

PEREIRA, F. G. S. **Ecopedagogia**: Um modismo ou uma nova teoria da Educação Ambiental 2009. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere2007/anaais>> Acesso em: 13. abr 2015.

RODRIGUEZ, J. M. M.; SILVA, E. V. da. **Educação ambiental e desenvolvimento sustentável**: problemática, tendências e desafios. Fortaleza: Edições UFC, 2009.  
RUSCHEINSKY, A., COSTA, A. L. A Educação Ambiental a Partir de Paulo Freire. In: RUSCHEINSKY, A (Org.). **Educação Ambiental**: Abordagens Múltiplas. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SETTI, G. A. M. A hegemonia neoliberal e o capitalismo contemporâneo. **Revista Urutagua - Acadêmica Multidisciplinar**, Maringá, n. 5, 2004. Disponível em: <[http://www.urutagua.uem.br/005/04eco\\_setti.htm](http://www.urutagua.uem.br/005/04eco_setti.htm)>. Acesso em: 12 abr 2015.

SILVA, C. M. M. DA.; FRAXE, T DE J. P. Territorialidades ribeirinhas: *habitus*, *ethos* ambiental e sustentabilidade no lago do Zé Açú/Parintins-AM. **Ateliê Geográfico - Goiânia-GO**, v. 10, n. 3, p. 155-178, dez./2016.

SILVA, S. L. P. Habitus sócio-ambiental: Elementos de compreensão da representação ambiental. **Revista de Ciências Sociais**. n. 25 - p. 225-237, 2006.

SULAIMAN, S. N.; TRISTÃO, V. T. V. Estudo do meio: uma contribuição metodológica à educação ambiental. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental da FURG**, v.21, p.341-355, jun./dez. 2008.

TAMAIÓ, I. **A Mediação do professor na construção do conceito de natureza**: uma experiência de educação ambiental na Serra da Cantareira e Favela do Flamengo - São Paulo/SP. 2000. 152 f. Dissertação (Mestrado em Geociências) Universidade Estadual de Campinas, 2000.

ZATTI, V. **Autonomia e educação em Immanuel Kant e Paulo Freire**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007. Disponível em: <http://www.pucrs.br/edipucrs/online/autonomiaeducacao.pdf>. Acesso em: 13. abr. 2015.